

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência dos respectivos, **Srs. VALMIR CARVALHO CURVINA, CPF: 238.657.251-04 e VALERIA MASCARENHAS GUERRA CURVINA, CPF: 471.320.001-87**, devedores fiduciários do imóvel alienado Lote 7, Conjunto 6, QS-103, Samambaia - DF, os quais não tendo sido encontrados nos endereços de cobrança, indicados pela credora, ficam, por este edital, INTIMADOS do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRÁSILIA - TERRACAP**, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.3, na matrícula nº. 202.488 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de Vs.Ss., venho INTIMAR-LOS a efetuarem o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado em 10/06/2022, corresponde a R\$56.245,97 (cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de R\$2.338,15 (dois mil, trezentos e trinta e oito reais e quinze centavos), totalizando a importância de R\$58.584,12 (cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e doze centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de Vs. Ss. para que se dirijam, no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverão efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado nos dias **19, 20 e 21 de dezembro de 2022**, respectivamente, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação, ou seja, 05 de janeiro de 2023. Por oportuno, ficam Vs. Ss. cientes de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.